

# A ESCUTA DO ACADÊMICO-ESTAGIÁRIO E O JALECO: DESAFIOS DA TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE

## THE ACADEMIC INTERN'S LISTENING AND THE LAB COAT: CHALLENGES IN THE TRANSMISSION OF PSYCHOANALYSIS IN THE UNIVERSITY

Gustavo Angeli 1  
Mériti de Souza 2  
Pedro Valentim Eccher 3

**Resumo:** Este artigo problematiza questões teóricas e práticas que representam desafios para a psicanálise brasileira, mais especificamente no contexto dos Serviços e Clínicas-Escolas associadas aos cursos de Psicologia. Baseia-se em uma pesquisa de doutorado conduzida em uma Clínica-Escola em Santa Catarina. A pesquisa se direcionou para a análise de casos clínicos trabalhados por acadêmicos-estagiários durante suas supervisões, com foco na escuta dos acadêmicos-estagiários frente a formulação de um manejo clínico e na transmissão da psicanálise na universidade. As análises são conduzidas principalmente por conceitos psicanalíticos, como transferência, inconsciente e associação livre. O artigo também discute as dinâmicas de poder e as normas que afetam acadêmicos-estagiários e supervisores nas Clínicas-Escolas, destacando a influência da instituição na relação com a população atendida e o papel dos supervisores diante dos desafios experienciados pelos acadêmicos-estagiários.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Clínica-Escola. Universidade. Supervisão. Psicologia.

**Abstract:** This article addresses theoretical and practical issues that pose challenges to Brazilian psychoanalysis, specifically within the context of Services and School Clinics associated with Psychology courses. It is based on doctoral research conducted in a School Clinic in Santa Catarina. The research was focused on the analysis of clinical cases worked on by student interns during their supervision, with an emphasis on the students' approach to formulating clinical management and the transmission of psychoanalysis within the university. The analyses are primarily conducted using psychoanalytic concepts, such as transference, the unconscious, and free association. The article also discusses power dynamics and norms that affect student interns and supervisors in School Clinics, highlighting the institution's influence on the relationship with the served population and the role of supervisors in the face of challenges experienced by student interns.

**Keywords:** Psychoanalysis. School Clinic. University. Supervision. Psychology.

- 1 Psicólogo, doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2414300192125905>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1732-1081>. E-mail: [gustavooangeli@gmail.com](mailto:gustavooangeli@gmail.com)
- 2 Psicóloga, professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil. Doutora em Psicologia Clínica na PUCSP. Pós-doutorado na Unesp - Universidade Estadual Paulista; Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais – CES - Universidade de Coimbra. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0216702647343326>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8157-7615>. E-mail: [meritisouza@yahoo.com.br](mailto:meritisouza@yahoo.com.br)
- 3 Psicólogo Clínico e Educador Popular, mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9393185942440296>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8449-9464>. E-mail: [peeccer@gmail.com](mailto:peeccer@gmail.com)

## Introdução

A psicanálise, no século XXI, se encontra nos mais diversos espaços e instituições, não se restringe às clínicas particulares, inaugura um movimento de escuta do inconsciente nos territórios escolares, hospitalares e na assistência social. A viabilização da escuta é um eixo central da invenção psicanalítica como corpo teórico, estratégia de produção de conhecimento. A psicanálise sustenta a abertura de um laço transferencial capaz de produzir transformações e elaborações. Desta forma, a clínica psicanalítica, perpassada pela análise pessoal, o estudo teórico e a supervisão, tensiona o analista à elaboração de saberes e construção de um espaço que permite reinvenções para além das normas burocráticas e institucionais, dito de outro modo, a experiência psicanalítica fornece a possibilidade da construção de um espaço, enquanto teoria e método, de referência de trabalho: o inconsciente.

“Precisamos formar psicanalistas populares” (Danto, 2019, p. 393). Escutamos a provocação realizada por Elizabeth Ann Danto (2019) em sua obra “As clínicas públicas de Freud” e propomos no presente artigo o trabalho com uma psicanálise crítica e disruptiva, capaz de produzir rompimentos em torno das cristalizações e estagnação teórica e prática que inviabilizam o fazer e a experiência psicanalítica. Especificamente situamos nossa problemática nas clínicas-escolas instauradas pelas universidades e cursos de Psicologia. Uma psicanálise convocada a repensar seu ofício pelas demandas dos contextos históricos, políticos e sociais, o distanciamento do estereótipo do analista silencioso, da penumbra de um consultório psicanalítico e da paciente histérica incurável que sofre de sintomas conversivos.

A formação e o atendimento à população são eixos centrais de uma Clínica-Escola. Desde o surgimento da psicanálise, Freud já vislumbrava instituições capazes de ofertar gratuitamente a psicanálise à população. Neste sentido, Elizabeth Ann Danto (2019) ressalta a instauração e sustentação de institutos e organizações que visavam o atendimento da população em suas mais diversas condições econômicas e sociais, assim como o ensino e a transmissão da psicanálise a jovens analistas. Danto (2019) resgata uma psicanálise adormecida com o tempo, uma psicanálise política que é comprometida com as transformações da cultura. A psicanálise na Clínica-Escola é herdeira de um movimento histórico que permite pensarmos a teoria psicanalítica em diversos contextos e instituições, como também no ingresso e na formação de analistas.

A clínica-escola promove um ambiente para a realização dos estágios em psicologia clínica dentro da universidade. A dinâmica já instaurada pela instituição produz um contexto em que os primeiros passos do acadêmico-estagiário são balizados e direcionados pela clínica-escola, que encaminha e sustenta um direcionamento a execução das atividades do estágio. O acadêmico-estagiário, em seus primeiros projetos e dias de estágio na clínica-escola, não precisa fundar uma dinâmica de atendimento, uma vez que uma organização própria para o acolhimento da população e até mesmo a demanda da comunidade já se encontra instaurada, diferentemente de outros espaços em que o acadêmico-estagiário inicia um projeto com a psicologia em um novo lugar, muitas vezes sem a tradição da escuta e das intervenções psicanalíticas, o que demanda a construção de uma dinâmica e laço transferencial com a equipe e com a comunidade.

O acadêmico-estagiário precisará fundar um lugar em nome próprio na clínica-escola ou uma transferência entre os pares, professores e equipe técnica da instituição. Entretanto, a organização da clínica-escola se torna uma primeira delimitação das atividades de estágio. O acadêmico-estagiário balizará seu plano de intervenção a partir do funcionamento da instituição. Os horários, o plantão psicológico e a demanda de atendimento ocorrerão de acordo com a dinâmica e contexto da clínica-escola, sendo os estágios organizados pela instituição de ensino superior que instaura parâmetros e diretrizes. Neste sentido, acompanhamos a importância desses balizadores para a apropriação de um campo de atuação e de escuta para o acadêmico-estagiário.

Há um fluxo de atendimento, um modelo de recebimento e alta dos pacientes, horários e tempo das sessões, número de atendimentos e de todas as fichas e formulários que devem ser preenchidos e assinados. A instituição faz fronteira, limites e contornos ao atendimento clínico. Ainda, faz uma delimitação da atuação, apresenta um caminho, a partir de sua concepção de ensino e da demanda da comunidade, dentro das infinitas possibilidades que pode ser um estágio.

Considerando as questões apresentadas acima, o presente artigo objetiva problematizar a

psicanálise nas clínicas-escolas. Questionamos os atravessamentos e as reverberações da instituição clínica-escola na formação da escuta e do manejo clínico dos acadêmicos-estagiários, bem como apontamos a supervisão como elemento de alteridade entre essa instituição e o acadêmico-estagiário. O artigo se reporta ao recorte de uma pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina sendo que a problemática investigada se desenvolveu no contexto acadêmico, especificamente na Clínica-Escola e Serviço de Psicologia (CESP) de uma Universidade localizada no norte do Estado de Santa Catarina.

As estratégias de produção de conhecimento se associam à abordagem psicanalítica e à pesquisa a partir de dados clínicos de supervisão. A construção do caso a partir das supervisões de estágio permite a demonstração da teoria e a possibilidade de realizar descobertas a partir dos recortes clínicos narrados e questionados. A construção do caso clínico não se restringe à narrativa do estagiário em relação à história de vida do paciente, que permite a apresentação da história e a aplicação da teoria, mas algo que possibilita, por meio da pesquisa, problematizar a teoria. A análise desses materiais textuais foi realizada a partir de conceitos da psicanálise freudiana e de conceitos da psicanálise pós-freudiana.

A população da pesquisa é a comunidade atendida na Clínica-Escola e Serviço de Psicologia pelos acadêmicos-estagiários que optaram pela abordagem psicanalítica no estágio supervisionado realizado em uma clínica-escola de uma Universidade localizada no norte do Estado de Santa Catarina no decorrer dos anos de 2020 e 2021, tendo a pesquisa sido aprovada pelo Comitê de Ética da universidade onde foi produzida. O atendimento clínico à população foi realizado pelos acadêmicos-estagiários através de sessões semanais, bem como foram realizadas supervisões semanais desses atendimentos e o material produzido foi gravado. Neste artigo os acadêmicos-estagiários recebem nomes fictícios e o material analisado diz respeito a recortes e trechos das suas supervisões realizadas na clínica-escola por um professor supervisor. Por sua vez, a análise do material das supervisões foi realizada a partir dos aportes teóricos metodológicos da psicanálise e recorreremos aos conceitos psicanalíticos de transferência, escuta, inconsciente; associação livre, caso clínico. Ainda, utilizamos na análise autores como Jacques Derrida que trabalham próximos da psicanálise e recorreremos a conceitos derridianos como o indecível.

## **Clínica-Escola: o jaleco e o (não) saber do acadêmico-estagiário**

No final de uma supervisão, Paulo pergunta se era uma obrigatoriedade o uso do jaleco no atendimento clínico:

Eu fico muito angustiado em colocar o jaleco e depois o crachá. Eu não fico confortável. Chego na recepção e tem a secretária e o coordenador me olhando. Esse enquadre da clínica. Sempre brinco que vou colocar minha coleira quando coloco o crachá.

É possível perceber nesse momento a naturalização em torno dos protocolos e das normativas da clínica-escola. Apesar do envolvimento nos últimos anos com o trabalho na instituição e supervisão de estágio, geralmente não atentamos para algo que se encontrava diante dos nossos olhos. Os acadêmicos-estagiários devem usar um jaleco para o atendimento da população dentro da instituição. Diferentemente de um ambiente hospitalar ou de um ambiente no qual exista algum tipo de contaminação, manipulação de químicos ou produtos para o tratamento, na clínica-escola, até aquele momento antes da Covid-19, não havia um risco de contaminação ou exposição que justificasse a utilização do jaleco como equipamento de proteção.

Desta forma, o questionamento em torno do jaleco apresenta uma apropriação de um lugar de escuta e de intervenção por parte do acadêmico-estagiário: ele podia se apropriar do espaço e interrogar sua dinâmica, fazer daquele lugar o seu espaço de atuação, entretanto a instituição que ofertava uma abertura de estágio também cobrava uma conduta, independentemente do sentido lógico do uso da norma. Paulo foi o primeiro e único estagiário a questionar o uso do jaleco. Desta forma, consideramos que o jaleco representava um elemento importante para os acadêmicos-estagiários, a demarcação de quem detinha o saber, quem era o paciente e quem era o analista.

O jaleco era a demonstração de um lugar e a garantia de que o acadêmico-estagiário não era o paciente. Aqui, nossa compreensão gira em torno da subversão à aparente lógica da cena institucional, pensamos em uma formação reativa, na transformação em seu contrário. Justamente aquilo de que o acadêmico-estagiário poderia querer se defender é o que mais se explicita na cena, o lugar daquele que não sabe, que precisa de uma indumentária para travestir o lugar de não-saber, mascarar o desconhecimento e a própria angústia. Relembramos aqui o conhecido estudo de Erving Goffman (1961) “Manicômios, prisões e conventos”, sobre o círculo de poder dentro do hospital psiquiátrico, no qual pacientes e profissionais se diferenciavam, dentre outros aspectos, pelo uso de uniformes e pela detenção de chaves.

O jaleco poderia representar o movimento da clínica-escola de outorgar uma vestimenta que autoriza o atendimento e a presença dos acadêmicos-estagiários dentro da instituição, assim como instaurar uma conduta e um protocolo em que o acadêmico-estagiário se vê impelido a executar. Como seria possível retirar o jaleco, a proteção e a afirmação de um lugar para se aventurar em uma escuta, nas histórias e afetos de um caso clínico? O que poderia proteger o acadêmico-estagiário de seu desconhecimento frente às interpelações e questionamentos de um paciente? Sem o jaleco, que lugar teria o acadêmico-estagiário?

O jaleco representa a ambivalência do saber e do não-saber, por um lado outorga um lugar e materializa uma imagem, visivelmente estamos diante de um profissional da saúde quando se usa o jaleco, diferencia o acadêmico-estagiário do paciente, por outro ponto de vista, destaca-se a necessidade de uma diferenciação através da indumentária, como se fosse necessário criar uma imagem e recobrir a figura do acadêmico-estagiário. Entendemos que o jaleco protege esse jovem aprendiz de psicólogo do não saber, do inusitado e de todo o campo do desconhecido que um atendimento pode comportar.

O que também escutamos do questionamento de Paulo é se ele poderia sair de uma posição de saber total, se permitir e se deixar ocupar outros lugares na transferência com o paciente. Permitir a entrada de todo o universo psíquico que a transferência transpõe para cena analítica. Singularizar a transferência, ou seja, a emergência de um laço transferencial entre Paulo e seus pacientes além da figura do “doutor” da clínica-escola. É respondido a Paulo que o jaleco era uma normativa da instituição, mas que nada o impedia de ocupar uma nova posição nos atendimentos, criar um espaço psíquico e uma relação transferencial só dele e do paciente. É preciso lidar e manejar também com a instituição, promover limites e contornos aos protocolos e normativas, ao imperativo de tudo obedecer dentro do atendimento clínico. O jaleco também pode operar como apenas um pedaço de tecido que recobre um corpo de afeto e história; aponto ao acadêmico-estagiário que se despir das resistências e se permitir a associação livre é uma possibilidade, dentro de um contexto e manejando as normas institucionais e superegóicas.

Paulo apresenta uma possibilidade psíquica de suportar o não-saber, poderíamos brincar com a metáfora de que o acadêmico-estagiário solicita a retirada da armadura que o protege de vivenciar e ser afetado pelo atendimento clínico, pela transferência e endereçamento de uma demanda por parte do paciente. Só é possível pensarmos em um atendimento clínico psicanalítico quando o acadêmico-estagiário pode criar um espaço em que seja possível caminhar sem uma meta, sem grandes pretensões de cura e de resolução de conflitos, em que é possível descobrir novas e outras histórias e lembranças pelo caminho, destraduzir e retraduzir a própria história.

É neste sentido, o da retirada do jaleco como representante do saber e da verdade, que apostamos como transmissão em nossas supervisões. Espaço de criação e abertura para o (familiar) inquietante que nos habita. É preciso se despir de saberes prêt-à-porter para conduzir e manejar as associações livres e a interpretação psicanalítica. Um grande desafio ao acadêmico-estagiário, poder produzir um caminho em nome próprio, despido da proteção e da segurança dos protocolos de atendimento e dinâmica institucional em que se encontra inserido. Encontramos aqui a encruzilhada na formação universitária, transitar entre a liberdade da associação livre e as normas institucionais, se aventurar no desconhecido e dele produzir uma experiência clínica ou se manter na segurança do familiar e de tudo fazer para evitar e não escutar para além dos fatos e dos limites da consciência.

O conceito de indecidível de Derrida (2010) permite articulações e elaborações em torno da tomada de decisão e dos atos que a clínica psicanalítica demanda. O positivo e o negativo não

se excluem, a potência carrega consigo a impotência. Possibilidade que não se restringe à posição binária, pelo contrário, se abre aos deslocamentos permanentes, novas posições, ao indecível. Desta forma, conforme o autor, o indecível seria uma “experiência daquilo que, estranho, heterogêneo à ordem do calculável e da regra deve, entretanto – é de dever que é preciso falar – entregar-se à decisão impossível, levando em conta o direito e a regra” (Derrida, 2010, p. 46).

A proposta derridiana apresenta a impossibilidade da liberdade da decisão sem levar em conta a indecibilidade, ou seja, uma decisão carrega consigo, se encontra preso e alojado o indecível. Um fantasma que assombra qualquer decisão. Neste sentido, a decisão nunca é ultrapassada ou momento é superado. O indecível se apresenta como abertura de possibilidades em que são possíveis a dúvida e o jogo entre os conceitos, a escuta e a ficção. Uma possibilidade de habitar o entre das palavras e adentrar outras e novas realidades psíquicas.

Abrir mão do cálculo é se permitir habitar e criar um universo de outras possibilidades em que a razão não é soberana em relação aos movimentos da vida.

Assim, o indecível diz respeito a esse não saber que atravessa a proposta da escuta psicanalítica e também desse lugar de tomada de decisão que somos convocados a operar a partir do reconhecimento e do trabalho com o inconsciente. Ou seja, reconhecer o jaleco e sua força institucional e a relação de poder que ele estabelece, porém, ato contínuo, também reconhecer que posso lidar com o jaleco além das normas e dos lugares institucionalizados. Porém essa decisão envolve o indecível no sentido de que não é possível calcular os efeitos dos caminhos tomados.

## **A transferência institucional e o acadêmico-estagiário**

O início dos atendimentos na clínica-escola ocorre com o direcionamento dos acolhimentos pela secretaria da instituição, ou seja, antes mesmo de o acadêmico-estagiário ou professor-orientador escutar o caso clínico ou ler o encaminhamento do paciente, é a instituição que define o caminho que o paciente poderá percorrer dentro das possibilidades de atendimento e abordagens que a clínica-escola oferece. Destaca-se essa especificidade do trabalho com a psicanálise nas instituições de ensino superior. Ao contrário do consultório particular, em que o paciente procura um analista a partir de indicações ou encaminhamentos de outros profissionais, o paciente na clínica-escola desconhece quem será seu futuro “analista”.

O acadêmico-estagiário será nomeado pela instituição a partir da chegada do paciente e do acolhimento realizado no plantão psicológico. Desta forma, a transferência que pode ocorrer nos primeiros movimentos de se pensar no ingresso de uma análise, na figura do analista, na escolha de um profissional e de um estilo clínico não ocorre da mesma forma na clínica-escola.

Especificamente na Clínica-Escola e Serviço de Psicologia com a qual trabalhamos e pesquisamos, o primeiro contato do paciente com o atendimento clínico é a recepção da secretaria, espaço em que o paciente demandará atendimento psicológico e será direcionado ao acolhimento com um acadêmico-estagiário que esteja em plantão para a realização de um primeiro acolhimento e a inscrição do paciente na dinâmica da clínica-escola. Tendo em vista que o acadêmico-estagiário deve cumprir cinco horas semanais em seu campo de estágio e que ele não realiza o atendimento de cinco pacientes ao longo de período e horas de campo, o plantão psicológico ocorre nos intervalos das agendas dos acadêmicos-estagiários. A secretária, a partir da livre demanda, encaminha e solicita ao acadêmico-estagiário a realização de acolhimentos.

Em uma supervisão, a acadêmica-estagiária Ana é questionada sobre como maneja o acolhimento. Ela comenta sobre o seu primeiro acolhimento. “Gostei bastante. Peguei as informações, deixei a pessoa falar e coloquei na fila de espera”. Destacamos um dos primeiros equívocos em relação ao acolhimento e à escuta, esse não é um acolhimento, a simples triagem e coleta de informações do paciente para inserção na agenda da psicoterapia não é acolher ou escutar o paciente. O acolhimento deve possibilitar a escuta das queixas do paciente, a formulação de algumas hipóteses clínicas, orientações em torno da dinâmica da clínica-escola, o direcionamento do paciente à fila de espera dos atendimentos psicológicos, assim como a sustentação da transferência institucional.

Diferentemente do consultório particular, entre o acadêmico-estagiário e o paciente há a instituição, ou seja, a transferência que o paciente realiza com a instituição permeia a demanda que

ocorre com o acadêmico-estagiário. Reconhecemos que há uma demanda de análise endereçada à instituição, tendo em vista que a escolha do analista é inviabilizada pela dinâmica da clínica-escola. Um elemento que se diferencia da análise clássica e do consultório particular e que se evidencia na construção de um trabalho com a psicanálise em espaços não tradicionais.

Cabe destacar que o pedido de um lugar de fala não necessariamente reflete em uma demanda de análise. Desta forma, o sujeito pode buscar e permanecer na instituição universitária como uma possibilidade de obter respostas e resoluções para suas questões sem uma implicação com suas queixas ou questionamentos em torno dos movimentos que produz. Neste sentido, poderíamos resgatar a consideração de Radmila Zygouris (2011), que aponta para o início de uma psicanálise quando “o desejo de saber do analisando no que diz respeito ao seu próprio funcionamento psíquico. Após o primeiro tempo de queixas e relatos factuais, o paciente se debruça sobre si mesmo para se interrogar sobre sua própria responsabilidade nos acontecimentos de sua vida” (Zygouris, 2011, p. 27).

Em um primeiro momento não há uma singularização da transferência, o paciente demanda a escuta de um representante da instituição. Não é a escolha de um sujeito, e sim de uma instituição que pode auxiliar, que tem um saber e que é capaz de fornecer respostas aos enigmas e fantasmas que rondam a vida e a história do paciente. Afinal de contas, não podemos desconsiderar que estamos em um ambiente e contexto universitário. A universidade como instituição de produção de saberes é um elemento que compõe a transferência na clínica-escola. A demanda de análise dirigida a uma instituição envolve o lugar que essa instituição ocupa no social, as suposições, expectativas e a transferência que a instituição tem com a comunidade. Não é raro escutarmos o endereçamento dos pacientes aos acadêmicos-estagiários como: “tenho agendado uma consulta com o Doutor” ou “até a próxima semana, Doutor” pelos corredores ou quando os pacientes adentram a clínica-escola. O acadêmico-estagiário, antes mesmo de realizar o primeiro atendimento, de materializar uma imagem ou ter um nome para o paciente, já é considerado um Doutor, esse que representa o saber e que está na universidade.

Paulo, ao relatar o acolhimento com uma nova paciente, descreve a diferença da paciente que já era atendida em uma clínica-escola de outra universidade para pacientes que ingressam pela primeira vez nos atendimentos clínicos na clínica-escola. A paciente transfere seu curso para nosso centro-universitário e deseja continuar os atendimentos psicológicos, há uma recomendação da antiga instituição para a continuidade do tratamento. Neste sentido, Paulo aponta para a escuta de uma transferência já estabelecida da paciente. “Tem uma transferência institucional, já vem comentando algo, já sabe como funciona. Veio de outra universidade”. Há um suposto saber direcionado para o modo de funcionamento da clínica-escola. Uma transferência com o *modus operandi* da instituição.

Apesar de a relação transferencial institucional não aparecer com clareza nos atendimentos, não é possível desconsiderá-la, pois, independentemente da gratuidade do serviço ofertado, há a procura por uma escuta na instituição. Em inúmeros momentos, questionamos a condição econômica dos pacientes e verificamos a possibilidade de se procurar um analista fora da instituição. Não apenas a questão econômica envolve a escolha de um analista ou de um percurso na clínica psicanalítica. Neste sentido, a transferência institucional deve ser escutada, tanto pela via do paciente que escolhe a instituição como espaço de análise quanto pelas reverberações que a instituição promove na escuta e no manejo clínico do acadêmico-estagiário e na supervisão.

Em determinado momento dos atendimentos com a paciente, Paulo tem notícias da solicitação que a paciente realiza à secretária da instituição:

Pedi para secretária um comprovante de que estava na clínica-escola, até aí tudo bem, quem sabe precisava entregar em algum lugar, mas a secretária comentou que ela pediu para colocar no atestado que ela tinha ansiedade e que estava desorganizada. A secretária comentou que não seria possível, mas olha só, queria um documento que comprovasse que ela era essa. Pedindo toda sessão o atestado de incapacidade, também sustenta esse sintoma. Sofre, mas mantém algo.

Interessante demarcarmos na escuta do acadêmico-estagiário em torno da dinâmica e do sintoma da paciente a transferência institucional o pedido para atestar o sofrimento da paciente, o testemunho de suas queixas. Desta forma, demarcamos a instituição como elemento a ser escutado e manejado ao longo das sessões dos acadêmicos-estagiários e das supervisões. A paciente, a partir da transferência institucional, solicita uma resposta à clínica-escola, uma declaração de sua dor.

O trabalho das entrevistas preliminares com o acadêmico-estagiário consiste em uma singularização da transferência, ou seja, a passagem do laço transferencial da instituição para a figura do acadêmico-estagiário, assim como aponta Freud (1912/1996), é preciso ligar o paciente à figura do analista. Em nosso caso, há uma transferência inicial com a instituição que deverá ser direcionada ao acadêmico-estagiário. É justamente o primeiro movimento e trabalho do acadêmico-estagiário provocar um redirecionamento do laço transferencial, ou seja, se apresentar como uma possibilidade de escuta à história e às questões do paciente.

A instituição, no entanto, ainda fará parte dessa transferência, tendo em vista que os recessos acadêmicos, a organização da agenda ou horários da clínica-escola e até mesmo a troca de acadêmico-estagiário em virtude da formatura podem ser possíveis a partir da transferência que o sujeito mantém com a instituição. Dito de outro modo, a relação transferencial que o paciente mantém com a clínica-escola reverbera na possibilidade da continuidade dos atendimentos clínicos adequados às normativas e à dinâmica da instituição de ensino superior.

## **A secretária em mim: o supereu institucional e a construção de um manejo clínico**

A clínica-escola apresenta uma variedade de modalidades de acolhimento, atendimento e encaminhamento de acordo com os critérios e visão da equipe técnica da instituição, entretanto, independentemente das diferenças na organização e história da instituição, há uma personagem que se repete e se destaca: a secretária. A secretária se apresenta como elemento central nas discussões e encaminhamentos da clínica psicanalítica na universidade, pois é essa força silenciosa e contínua no jogo de poder que produz movimentos e sustenta dinâmicas muitas vezes despercebidas ou não escutadas pela equipe de professores, coordenadores e acadêmicos-estagiários.

O livro de Alberto Pimenta intitulado *Discurso sobre o Filho-da-puta* (1977) promove uma desconstrução do humano e da neurose cotidiana, assim como aponta as diversas vezes em que as normas, protocolos e regras contaminam e se infiltram na potência de vida, transformando-a em mero ato burocrático e em um esvaziamento das possibilidades de criação e transformação. O autor provoca o pensar em torno de um mundo de regras para manutenção de si próprio. Dentre os apontamentos e ácidas críticas do autor, encontramos a secretária como elemento desse circuito. A secretária é essa que impede o novo de surgir.

A secretária, toda secretária da mais baixa à mais alta, não é, como se supõe, o lugar onde se faz, mas o lugar onde se não faz, onde se sonega, onde se opõe por baixo do monte o papel que devia estar em cima, onde desaparecem pistas dentro de pastas, onde se dificulta, se atrasa a entrega, se mexerica, se intriga, se afirma desconhecer o que se conhece e conhecer o que se desconhece; na secretaria se começa a deixar de fazer aquilo para que a secretaria foi feita, e se continua a deixar de fazer, e cada vez mais se deixa de fazer aquilo para que a secretaria foi feita e se passa a fazer o que convém à secretaria que se faça, até ponto de acabar por nada mais se fazer senão o que serve à secretária, o que é o que não serve às pessoas, e não fazer o que serve às pessoas, que é o que serve à secretária. A secretária, toda secretária é um lugar de omissão, de omissão de vida (Pimenta, 1977, p. 38).

A secretária na clínica-escola é essa representação da norma, fiscalização das condutas e denúncia de toda e qualquer irregularidade no cotidiano dos acadêmicos-estagiários. Não se questiona ou se problematiza, a regra deve ser obedecida, caso contrário, as punições e repreensões serão acionadas. A secretária detém no jogo de poder a possibilidade de não entregar, omitir, desviar ou privilegiar alguns poucos dentro da instituição. O pacto de obediência e respeito à secretaria se torna uma forma de sobrevivência e estratégia de resistência às punições e garantia de privilégios ou facilidades ao longo do estágio, como, por exemplo, um paciente a mais ou a troca de um horário, um pouco mais de tempo na entrega das fichas e prontuários, as escapadas e intervalos ao longo das horas de estágio são permitidos de acordo com a relação que o acadêmico-estagiário mantém com a secretaria. Destacamos, a partir da figura da secretária, que o vínculo que se estabelece com a instituição promove caminhos e dinâmicas singulares entre os acadêmicos-estagiários.

A secretária de Pimenta (1977) não é tomada em sua literalidade, não estamos representando ou materializando em uma figura ou pessoa os imperativos, normativas e toda a fiscalização que ocorre dentro da clínica-escola. Vislumbramos, a partir da secretaria, repensar a introjeção das normativas institucionais e a construção de um manejo clínico por parte dos acadêmicos-estagiários, dito de outro modo, problematizamos a relação institucional na formação e atuação na clínica psicanalítica dentro das universidades.

Fábio realiza um acolhimento em seu plantão psicológico na clínica-escola. Relata que uma jovem com ideação e tentativa de suicídio é trazida pelo irmão à instituição e demanda acompanhamento psicológico. Tendo em vista a urgência e gravidade da situação, ao final do acolhimento o acadêmico-estagiário informa a responsável técnica pela clínica-escola que faz o encaminhamento da paciente ao Centro de Atenção Psicossocial da cidade. Ao narrar a dinâmica e história da paciente, sinaliza sua preocupação em ofertar um espaço em que a paciente pudesse contatar o serviço em outros horários e em uma equipe multiprofissional para acolher e orientar os familiares.

Neste sentido, o acadêmico-estagiário é questionado sobre se havia agendado um segundo acolhimento, uma possibilidade de acompanhar e manter um laço transferencial até que os encaminhamentos e responsáveis da saúde pública e mental da região pudessem receber a paciente. O acadêmico-estagiário muito surpreso pergunta: “Mas pode agendar dois acolhimentos? Não é apenas um encontro no plantão psicológico?”. Sim, há uma tradição de um acolhimento e encaminhamento à fila de espera ou à outra instituição de acordo com a escuta e a avaliação do acadêmico-estagiário, entretanto estávamos diante de uma situação de risco em que a paciente poderia ser acolhida mais vezes, criando uma rede de suporte e apoio naquele momento. Fábio com um olhar surpreso e um sorriso no rosto diz: “É, nem pensei nisso, poxa, ninguém me falou, mas também, poderia ter pensando nisso, eu até senti vontade de convidar ela para voltar, mas achei que não podia”. O parâmetro de um único atendimento não se encontra instaurado como uma regra técnica da clínica-escola, porém uma dinâmica não dita se apresenta. A “secretária em mim” se faz presente, organiza e agenda os pacientes, um único atendimento para o plantão, tudo em ordem e planejado.

Resgatamos o debate de Zygouris (2011) sobre a submissão de analistas aos dogmas e ao engessamento da transmissão da psicanálise que enrijecem a formação e constituem um movimento de criação de “fiéis” à teoria psicanalítica e ao anestesiamiento da potência de criação e apropriação dos alunos. A autora destaca as reverberações da instituição (psicanalítica) na formação de analistas e o campo político que é a psicanálise: “Já falei um pouco sobre isso ao chamar atenção para o ‘cimento’ ideológico das instituições psicanalíticas que subjugam a criatividade dos jovens analistas que, por sua vez, se desqualificam eles próprios ao não acreditarem poder fazer como aqueles que o precederam” (Zygouris, 2011, p. 33).

Zygouris (2011) nomeia como “supereu institucional” esta instância psíquica que cobra e vigia os passos do analista na condução de uma análise. Desta forma, relacionamos o supereu institucional às dinâmicas e ao controle exercido pela clínica-escola nos atendimentos realizados pelos acadêmicos-estagiários. A instituição, por um lado, cria um ambiente e um contexto propícios ao desenvolvimento do estágio e da escuta do acadêmico-estagiário, mas também pode produzir um rigor e normativas em que o acadêmico-estágio não se permite a criação de outros e novos caminhos, interpretações e a liberdade da associação livre ou de atos analíticos dentro das sessões.

Michael Balint (1948) problematiza a inibição do pensamento e a passividade dos candidatos no ingresso e no percurso de formação psicanalítica nas sociedades de psicanálise, desta forma, o autor questiona o dogmatismo da formação dos analistas a partir da institucionalização da psicanálise. A autoridade da instituição sob a formação do aspirante a psicanalista promove um ambiente em que a criação e a possibilidade da associação se restringem, “pensamento inibido” (p. 164) é o que se encontra dentro das instituições psicanalíticas ou na escuta da transmissão permeada pela rigidez e cristalização da psicanálise. Neste sentido, a obediência e a submissão voluntária do acadêmico-estagiário ao excesso de autoridade institucional são nomeadas como “intropressão do Superego” por Balint (1948, p. 167).

O superego freudiano pode ser compreendido e entrelaçado à questão da institucionalização da psicanálise e suas reverberações na formação de psicanalistas, a partir da interdição pela

consciência moral, autocensura e pelo ideal do ego. De acordo com Freud (1933/1996, p. 70), o superego seria como “o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir. Não há dúvida de que esse ideal do ego é o precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuíra”. As reverberações de uma instituição superegoica na formação e transmissão da psicanálise implica em jovens analistas extremamente obedientes e respeitosos às normativas e regras institucionais. Impossibilitados do ato subversivo e da criação de interpretações e do pensamento clínico que a clínica psicanalítica demanda diante da admiração do supervisor e da autoridade exercida pela instituição e introjetada pelo acadêmico-estagiário.

A supervisão, nesse contexto, seria campo de excessivas identificações e idealização do supervisor, que com todo seu percurso e reconhecimento institucional exerceria sobre o acadêmico-estágio a impossibilidade de criação e a proibição do pensamento frente à construção do caso clínico. “Pode falar isso para meu paciente?”; “Posso fazer isso?”; “Me explica, Professor, para não fazer nada errado”. Estas são frases repetidas diversas vezes pelos acadêmicos-estagiários nas supervisões, que se apresentam como pedidos de autorização e permissão para intervir na história do paciente. Frases que indicam que o estágio deve promover a passagem do acadêmico ao estagiário. Como o acadêmico-estagiário pode ocupar um lugar de escuta diante de um paciente institucionalizado? Como autorizar uma clínica psicanalítica em uma clínica-escola?

Apesar de o acadêmico-estagiário fechar a porta e ter a possibilidade de criação, liberdade de palavra e condução do caso clínico dentro de sua sala na clínica-escola, há algo que já o habita. Uma voz interior que sussurra aos ouvidos se está certo ou errado, se pode ou não pode, e mais, a punição frente à desobediência institucional. Nomeamos as normativas internalizadas pelo acadêmico-estagiário como “a secretária em mim”, essa introjeção da norma que fiscaliza, organiza, planeja e orienta o atendimento clínico. Desta forma, destacamos que, além de acolher e possibilitar o atendimento clínico dos acadêmicos-estagiários, a relação do acadêmico-estagiário com a instituição pode produzir a cristalização da escuta e da potência criativa do futuro analista. Ao longo de uma análise, a criação de uma interpretação, movimento de desconstrução e retradução exige a coragem de romper com lógicas da consciência ou com uma organização das narrativas e do encadeamento e resistências do paciente e da instituição.

A questão da comunicação entre paciente e acadêmico-estagiário é um elemento importante para demarcarmos a função e os atravessamentos institucionais. O acadêmico-estagiário não tem acesso ou comunicação com seu paciente fora da instituição ou seu contato para uma eventual troca de horário e remanejamento de dia da sessão, como seria muito comum nos consultórios e clínicas particulares. A clínica-escola faz uma mediação entre os pacientes e o atendimento psicológico ofertado pelos acadêmicos-estagiários em seus respectivos estágios. A falta na clínica-escola é acordada nas primeiras sessões com o paciente, sendo um item no acordo estabelecido com a instituição e os atendimentos psicológicos. O contrato com a clínica-escola estabelece três faltas com justificativa, um aviso prévio para o acadêmico-estagiário em sessão ou a comunicação ao longo da semana à secretária da clínica-escola. Casos de faltas não justificadas ou um número de faltas que exceda o parâmetro estabelecido são analisados pelos supervisores e acadêmicos-estagiários e podem repercutir no desligamento do paciente da clínica-escola.

Desta forma, uma questão que surge durante as sessões de análise é o cancelamento ou o não comparecimento na sessão. O paciente quando falta e justifica sua ausência ao longo da semana entra em contato com a secretária da clínica-escola. O acadêmico-estagiário recebe a informação de que seu paciente não virá em suas horas de estágio. Neste sentido, a clínica-escola oferta um suporte e uma organização na agenda e horários para o acadêmico-estagiário, entretanto dificulta intervenções e o manejo diante das resistências e das faltas dos pacientes. Apontamos, neste sentido, a dificuldade de remanejar horários e uma certa flexibilidade dos atendimentos devido à própria organização da instituição e dos estágios. O acadêmico-estagiário geralmente cumpre sua carga horária obrigatória em um dia e período da semana, não restando a possibilidade de alteração ou disponibilidade de outro horário ao paciente, assim como as salas de atendimento são organizadas de acordo com os contratos de estágio. Há uma dificuldade com a organização e a comunicação na clínica-escola para acolher a dinâmica do paciente e os imprevistos da vida cotidiana. Obviamente, levamos em conta que uma instituição precisa de mecanismos e estratégias

que possibilitem uma organização em que seja possível acolher a população e disponibilizar o espaço físico adequado para a realização dos estágios. Porém problematizamos a possibilidade de um manejo clínico capaz de levar em conta a imprevisibilidade, resistências e a escuta do caso clínico.

Em uma única semana todos os pacientes de Paulo desmarcaram as sessões e justificaram a ausência com a secretária da clínica-escola. Neste sentido, foi realizada uma supervisão sendo questionada e discutida as faltas através da repercussão e mobilização do acadêmico-estagiário, como também na história e construção do caso clínico.

Regina, a paciente atendida pelo acadêmico-estagiário, já se encontrava em acompanhamento psicológico na clínica-escola há um ano. Paulo escutava a demanda e as tentativas de uma apropriação de um lar em nome próprio e de uma saída da casa dos pais. Apesar de a paciente ter estabilidade financeira, um emprego, uma formação e até mesmo já ter adquirido uma casa própria, ainda permanecia morando com seus pais. Chamava a atenção do acadêmico-estagiário a dificuldade da paciente em realizar a saída da casa familiar, e se entrelaçava à sua escuta a construção de uma feminilidade. Uma paciente que não falava somente de uma casa física, mas de um corpo e de uma sexualidade. Regina nomeava no começo de toda sessão seu bem-estar e sua tranquilidade, relatava que não precisava mais de acompanhamento psicológico e que gostaria de encerrar os atendimentos, assim como as tentativas e movimento de saída da casa dos pais, a paciente repete transferencialmente com a instituição e com o acadêmico-estagiário uma tentativa de saída.

“Apesar de um movimento de associação, reafirma que está tudo bem. Já falou outras vezes que queria andar com os próprios pés e não queria mais a terapia”. Desta forma, tomamos a falta justificada da paciente como um movimento importante na análise. A paciente pode se ausentar, escolher não vir, decidir sobre o lugar que gostaria de estar. Sua palavra é escutada. Regina desmarca a sessão devido a uma confraternização na empresa em que trabalha. É proposto ao acadêmico-estagiário uma discussão sobre a oferta de alteração do horário, de apresentar outras possibilidades, ou seja, para além da comunicação e protocolo da clínica-escola, estabelecer a partir da escuta do caso clínico uma outra disponibilidade de horário de atendimento. Poder manejar a instituição e criar um espaço capaz de ofertar novos e outros horários.

Aposta-se que é possível, para além das normativas institucionais, operar a partir das singularidades. Como também de escutar o movimento inconsciente da paciente, dito de outro modo, a paciente indica e questiona sobre as saídas (da casa dos pais), um movimento na própria análise de poder criar outras possibilidades e outros lugares para habitar. O convite da análise é uma saída, é se permitir circular, fazer um novo horário, assim como deixar um outro entrar na própria história. O ensaio que a paciente faz na transferência é ocupar outro espaço, diferente da casa da família, poder com o acadêmico-estagiário testemunhar um movimento de escolha. “É, isso que ela sempre fala, de sempre querer estar bem e parar o tratamento”. Podemos testemunhar e sustentar um lugar em que a falta diz respeito a um exercício de poder escutar a repetição. Poder sair da análise, poder sair de casa.

As faltas dos pacientes não apenas mobilizaram elementos para repensarmos no contexto do caso clínico, mas também reverberaram em associações e questionamentos em torno do ofício de um analista e do percurso clínico do acadêmico-estagiário. “Acho que é válido, me questionei assim, se tinha algo da sessão, se em algum momento errei. Os três em uma semana, será que é comigo? Achei engraçado que todos eles tinham feito algum tipo de questão na última semana”. Na supervisão é sustentada a questão produzida pelos atendimentos e as faltas dos pacientes na supervisão com o acadêmico-estagiário. Paulo é questionado sobre o que pensou acerca desses movimentos e do seu estágio na clínica-escola. “Não, assim, pensei em algo do processo. Será que foi rápido demais? Uma fala selvagem? Falta de transferência? Não sei. Fiquei mais atento. Estou nesse movimento, dos atendimentos, de experimentar mesmo, de se errar ou não, poder continuar, de construir um saber, mesmo”.

As faltas e o cancelamento dos atendimentos repercutem, a posteriori, numa implicação do acadêmico-estagiário e sua atuação na clínica-escola. Não apenas pensar a partir da história ou sintoma do paciente, e sim colocar em cena o lugar e a escuta do acadêmico-estagiário. O acadêmico-estagiário se coloca a trabalho, assim como faz a clínica-escola trabalhar. “Estava me

perguntando, desmarcaram todos na última semana, era neurose mesmo. Parece que me autorizei mais com os questionamentos, parece que eu me senti mais leve na questão do atendimento e do processo, hoje vendo eles também”. Se colocar em questão, pensar na condução dos casos clínicos e no manejo transferencial que se estabelece com cada um dos pacientes e na formação ao longo dos estágios é o que o acadêmico-estagiário, através da supervisão, se permite. Há no movimento do acadêmico-estagiário a apropriação de uma formação implicada.

Uma fala recorrente dos acadêmicos-estagiários é: “Tu vai me matar” ou “Professor, eu fiz, tu pode brigar comigo, mas eu falei isso pro paciente”. É interessante pensar como as normativas e a fiscalização em nome de uma apropriação e de uma experimentação na clínica-escola aparecem como sinônimos de punição ou da certeza de uma repreensão. Os deslocamentos e novos movimentos dentro do setting analítico são vivenciados com o terror da punição institucional. O caso clínico não é apenas da clínica-escola ou do professor orientador, mas também do acadêmico-estagiário, entretanto escutamos um supereu institucional tirânico, a voz da “secretária em mim” que não cessa de apontar os defeitos ou indicar os limites, que solicita organização e planejamento, que fiscaliza cada passo do acadêmico-estagiário e suas experimentações. Pedidos de conformação e de repetição dos mesmos protocolos no atendimento. A mudança de rumo ou a abertura ao novo são tomadas como equívoco, um risco de se perder. Não é permitido inovar, a “secretária em mim” está sempre vigilante e pronta para denunciar o perigo do desconhecido.

## Considerações finais

A supervisão opera aqui como um elemento de fazer pensar na singularidade do caso clínico e no testemunho da escuta do acadêmico-estagiário. A criação e modificação do protocolo de atendimento se realiza na medida em que é possível acalmar a secretária em mim, transgredir a norma e criar atos condizentes com a escuta e o laço transferencial, a supervisão entre a liberdade e a normativa institucional. A via do meio, como aponta Zygouris (2011, p.25), não é “nem é neutra, nem (...) colada a um único discurso”, de forma que vislumbramos a supervisão como um dispositivo capaz não somente de delimitar e acolher em um contexto o acadêmico-estagiário, mas também capaz de permitir um espaço de invenção. A supervisão como fundadora de um espaço capaz de suportar, manejar e operar através das exigências e imperativos da secretária em mim. “No fundo, a verdadeira análise acontece quando ela deixou de se parecer com uma análise, como nos livros” (Zygouris, 2011, p. 67).

Uma das supervisões na clínica-escola inicia e a acadêmica-estagiária começa a falar do caso clínico e logo é feita uma consideração sobre aquele fragmento apresentado pela acadêmica-estagiária. Neste momento, Ana diz: “Mas tu não deixou nem eu falar do resto”. Sim, a psicanálise se inicia quando Freud pode se calar para escutar uma mulher, assim como a acadêmica-estagiária aponta para a pressa do supervisor em não permitir escutar os rastros, os restos, aquilo que escapa à consciência. Como se estivesse pedindo para escutar os restos do atendimento, aquilo que é desvalorizado, mas que compõe um lugar de importância. Os detalhes que permitem reler, revisitar, possibilitar outros sentidos. A supervisão se inicia quando o supervisor pode escutar a acadêmica-estagiária.

O supervisor não é um pai totêmico ou o representante de Deus na terra. Não é o Todo-poderoso que com uma única palavra mágica descobre o inconsciente e os enigmas dos pacientes. Não é essa figura lendária que protegerá o acadêmico-estagiário de todo o mal. O supervisor é também delimitado pela lei, normativa, organização da instituição. É também castrado, entretanto ele é justamente aquele que pode auxiliar a suportar as rupturas, a lidar com as lacunas e a imprevisibilidade do destino nos atendimentos clínicos. Ele reconhece e explicita os limites, fazendo surgir novos e outros caminhos.

O supervisor adentra esse espaço como um terceiro, que procura desviar as regras, provocar e sustentar uma subversão do acadêmico-estagiário em nome da transferência e da interpretação fruto da construção do caso clínico. O supervisor testemunha e sustenta os caminhos do jovem aprendiz de analista e, ao mesmo tempo, faz borda e contornos aos movimentos do acadêmico-estagiário e da instituição clínica-escola. É necessário apontar que o trabalho da supervisão também esbarra nos próprios limites do supervisor, o que demanda que o profissional que ocupa esse lugar

também esteja atento às suas questões e suas possibilidades e impossibilidades.

## Referências

BALINT, M. On the psycho-analytic training system. **The International Journal of Psychoanalysis**, n. 29, p. 163-173, 1948.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

DERRIDA, J. **Força de Lei: o fundamento místico da autoridade** (2nd ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREUD, S. Conferência XXXI – **A dissecação da personalidade psíquica**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Original publicado em 1933).

FREUD, S. **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (Original publicado em 1933).

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

MENEZES, L. C. **Notas sobre a supervisão psicanalítica**. Revista Percurso, n. 35, 2005.

PIMENTA, A. **Discurso sobre o Filho-da-puta**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1977.

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição, Notas para uma vida não cafetinada** (2nd ed.). São Paulo: n-1 Edições, 2019.

ZYGOURIS, R. **Psicanálise e Psicoterapia**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

Recebido em 8 de março de 2024  
Aceito em 26 de maio de 2024